

ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS EM PESQUISA

COORDENADORES

Patricia Bieging

Raul Inácio Busaello

ISBN 978-85-7221-347-9

2025

*João Vitor Santana Pereira
Ana Caroline Matos Soares*

A ATUAÇÃO PSICOSSOCIAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA:

EXPERIÊNCIAS
INTERDISCIPLINARES

RESUMO

Este artigo analisa a experiência da equipe psicossocial, composta por psicólogo e assistente social, em uma escola pública do município de Santa Cruz de Minas, Minas Gerais, ao longo do ano de 2024. A partir de uma abordagem qualitativa, sustentada por revisão bibliográfica e relato de experiência, busca-se compreender os impactos das ações integradas na promoção da permanência escolar, no enfrentamento de vulnerabilidades sociais e na mediação de conflitos. O diagnóstico situacional revelou desafios estruturais e psicossociais significativos, que foram enfrentados mediante visitas domiciliares, articulação em rede, escuta qualificada, mediação institucional e participação comunitária. Conclui-se que a atuação interprofissional entre psicologia e serviço social fortalece a rede de proteção escolar e constitui uma estratégia indispensável frente aos desafios contemporâneos da educação pública brasileira.

Palavras-chave: Atuação Psicossocial; Proteção Social; Psicologia Escolar; Queixa Escolar; Serviço Social.

ABSTRACT

This article analyzes the experience of a psychosocial team, composed of a psychologist and a social worker, in a public school in the municipality of Santa Cruz de Minas, Minas Gerais, throughout the year 2024. Based on a qualitative approach, supported by bibliographic review and professional experience report, the study aims to understand the impacts of integrated actions on promoting school retention, addressing social vulnerabilities, and mediating conflicts. The situational diagnosis revealed significant structural and psychosocial challenges, addressed through home visits, network articulation, qualified listening, institutional mediation, and community participation. It concludes that interprofessional collaboration between psychology and social work strengthens the school protection network and constitutes an essential strategy in face of the contemporary challenges of Brazilian public education.

Keywords: *Psychosocial Action; Social Protection; School Psychology; School Complaint; Social Service.*

INTRODUÇÃO

O contexto educacional brasileiro é marcado por desigualdades históricas e estruturais que se expressam de modo agudo em regiões com altos índices de vulnerabilidade social. A escola, enquanto espaço institucional de formação cidadã, enfrenta desafios que extrapolam o domínio pedagógico, exigindo intervenções interdisciplinares que considerem as dimensões sociais, emocionais e comunitárias do processo educativo. Neste cenário, a atuação de equipes multidisciplinares, compostas por psicólogos e assistentes sociais, ganha centralidade como estratégia de promoção da equidade, inclusão e permanência escolar (YAMAMOTO; COSTA, 2019).

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 205, que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Complementarmente, a Lei nº 13.935/2019 determina a inserção de psicólogos e assistentes sociais na educação básica pública, reconhecendo a necessidade de apoio psicossocial para assegurar o desenvolvimento integral dos estudantes (BRASIL, 2019). No entanto, apesar de seu marco normativo, a implementação dessa política ainda é incipiente: até 2023, apenas 85 escolas haviam cumprido tal determinação (SENADO, 2023).

Em contraponto a essa tendência nacional, o município de Santa Cruz de Minas, no estado de Minas Gerais, se destaca por incluir psicólogo e assistente social em sua escola municipal, estabelecendo um campo fértil para a análise empírica da atuação psicossocial na educação pública. Este artigo apresenta os resultados dessa experiência, a partir de um recorte temporal correspondente ao ano de 2024. O estudo está fundamentado em revisão bibliográfica e relato sistematizado de práticas profissionais, visando contribuir com a produção de conhecimento sobre os efeitos e desafios da interdisciplinaridade na escola.

METODOLOGIA

Este estudo é de natureza qualitativa e utiliza como procedimento metodológico a análise de relato de experiência, articulada a uma revisão de literatura. A abordagem qualitativa permite compreender os significados atribuídos pelas equipes técnicas e pela comunidade escolar às práticas psicossociais desenvolvidas, em consonância com a realidade local (MINAYO, 2012).

A base empírica é composta por registros institucionais da equipe psicossocial, composta por assistente social e psicólogo, de Santa Cruz de Minas, abrangendo relatórios, atas de reuniões, fluxogramas de atendimento e documentação de articulação em rede. A revisão bibliográfica foi conduzida em bases científicas como SciELO, PePSIC e CAPES Periódicos, priorizando produções sobre psicologia escolar, serviço social na educação e políticas públicas educacionais.

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR

No senso comum, o psicólogo é frequentemente associado ao ambiente clínico, configurando uma visão restrita frente à diversidade de campos de atuação que a profissão abrange. Essa representação social, ainda muito enraizada, desconsidera o potencial transformador da psicologia em contextos coletivos, institucionais e sociais.

Nesse sentido, a Psicologia Educacional constitui-se como área do conhecimento dedicada à compreensão dos processos de ensino e aprendizagem em suas múltiplas determinações, cognitivas, afetivas, sociais e culturais, oferecendo subsídios teóricos para a análise crítica das práticas pedagógicas e das condições que afetam o desenvolvimento dos estudantes. Já a Psicologia Escolar,

por sua vez, representa a aplicação desses saberes no cotidiano das instituições de ensino, orientando intervenções que busquem não apenas atender às demandas individuais, mas também transformar a cultura escolar, promover a equidade e contribuir com a construção de ambientes educativos mais inclusivos, democráticos e acolhedores.

O profissional que adentra o contexto escolar precisa estar alinhado com o conhecimento produzido e com as questões sociais do território. O Conselho Federal de Psicologia apresenta um documento com referências técnicas para a atuação de psicólogos na Educação Básica. Tal documento tem como objetivo discutir a educação básica enquanto um direito humano fundamental, adotando uma perspectiva crítica que valoriza a diversidade humana e enfatiza seu papel central no enfrentamento de preconceitos, racismo, pobreza e desigualdade na distribuição de renda (CFP, 2019).

A atuação do psicólogo escolar é regulada por dispositivos legais e orientações técnicas que conferem à prática um caráter institucional e comprometido com os direitos humanos e educacionais. A Lei nº 13.935/2019 (BRASIL, 2019) institui, no âmbito da educação básica pública, a obrigatoriedade da inserção de psicólogos e assistentes sociais, com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem e para a promoção da equidade e do bem-estar biopsicossocial dos estudantes.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2019), o trabalho do psicólogo escolar deve se pautar por uma perspectiva crítica e contextualizada, considerando as múltiplas determinações que incidem sobre o processo educativo. Isso implica superar abordagens individualizantes dos problemas escolares, atuando na mediação de conflitos, na promoção da saúde mental, na análise institucional e no fortalecimento dos vínculos entre escola, família e comunidade. O psicólogo deve contribuir com o projeto político-pedagógico da escola, colaborando com a construção de uma educação inclusiva e emancipadora.

Autores como Patto (1990) e Souza (2011) destacam a necessidade de romper com a tendência patologizante das dificuldades escolares, frequentemente atribuídas ao aluno. A psicologia escolar, em sua vertente crítica, propõe compreender os fenômenos educacionais como produtos de relações sociais, culturais e institucionais. Assim, o psicólogo escolar atua não apenas com estudantes, mas também com professores, gestores e demais atores da comunidade educativa, contribuindo para a construção de um ambiente escolar democrático, ético e participativo.

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA

O assistente social na escola pública brasileira exerce um papel essencial na garantia de direitos e no enfrentamento das desigualdades sociais que atravessam o cotidiano escolar. Sua atuação está respaldada pela Lei nº 13.935/2019, que determina a obrigatoriedade da presença de assistentes sociais e psicólogos na educação básica, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral dos estudantes e qualificar as relações entre escola, família e comunidade (BRASIL, 2019).

Apesar dos avanços legais, a inserção do Serviço Social nas instituições de ensino ainda enfrenta desafios significativos, sobretudo no que diz respeito ao desconhecimento, por parte da comunidade escolar, das competências e atribuições da profissão. Muitos gestores, professores, familiares e até estudantes possuem uma visão reducionista do trabalho do assistente social, frequentemente associado apenas à realização de visitas domiciliares ou à execução de funções meramente assistencialistas. Tal percepção limita o potencial transformador da atuação profissional e desconsidera sua base técnico-crítica.

É fundamental esclarecer que o trabalho do assistente social na escola deve ser orientado pelo projeto ético-político da profissão, cujo compromisso intransigente é com a defesa dos direitos humanos, a equidade, a justiça social e o enfrentamento das múltiplas formas de opressão e exclusão (CFESS, 2012). Nesse sentido, o profissional deve desenvolver ações que articulem os três eixos estruturantes da prática: o eixo teórico-metodológico, o técnico-operativo e o ético-político, conforme proposto por Yolanda Guerra (2009). Essa articulação é o que permite ao assistente social compreender a totalidade das expressões da questão social no ambiente escolar e intervir de forma crítica, propositiva e comprometida com os sujeitos sociais.

A atuação ética também exige o respeito às diretrizes do Código de Ética Profissional do Assistente Social (CFESS, 2011), que reforça o dever do profissional de atuar com autonomia, liberdade, respeito à diversidade e em defesa dos direitos sociais. Isso se expressa no cotidiano escolar tanto no atendimento individualizado aos estudantes e suas famílias quanto no trabalho coletivo com professores, equipes pedagógicas e demais profissionais da escola, sempre buscando a construção de um ambiente educativo mais justo, inclusivo e acolhedor.

Práticas como a solicitação de “relatórios investigativos” por parte da gestão escolar com o objetivo de suspender benefícios sociais, ou o uso das visitas domiciliares com fins punitivos e fiscalizatórios, representam graves distorções das atribuições do assistente social e devem ser firmemente denunciadas aos órgãos competentes (SILVA; SALES, 2018). Tais práticas configuram formas de assédio institucional que comprometem a ética profissional e violam os direitos das famílias atendidas.

Assim, a atuação profissional deve ocorrer com base no compromisso ético, técnico e político do Serviço Social com a mediação de conflitos familiares, a articulação com a rede de proteção social, a orientação de famílias em situação de vulnerabilidade e a construção coletiva

de estratégias de inclusão e permanência escolar. Todas essas ações devem ser pautadas na defesa dos direitos sociais e na superação das múltiplas formas de violência que impactam o processo educativo.

POR QUE UMA EQUIPE PSICOSSOCIAL?

A constituição de uma equipe psicossocial, composta por psicólogo e assistente social, na escola pública fundamenta-se em uma concepção ampliada de educação, que reconhece o impacto das dimensões subjetivas e sociais no processo de aprendizagem e na permanência escolar. A articulação entre essas duas profissões é respaldada tanto pela Lei nº 13.935/2019, que prevê a atuação conjunta desses profissionais nas redes públicas de educação básica (BRASIL, 2019), quanto pelos marcos teóricos das respectivas áreas, que defendem uma intervenção interprofissional crítica e contextualizada.

A promulgação da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, constitui um marco significativo no fortalecimento da política educacional brasileira. Essa legislação determina que tais profissionais atuem de forma articulada com a equipe pedagógica, com vistas ao desenvolvimento de ações voltadas à melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem e à promoção de um ambiente escolar mais inclusivo e saudável (Brasil, 2019). A inserção de psicólogos escolares permite a identificação precoce de demandas emocionais e comportamentais, contribuindo para a construção de estratégias de prevenção de violências, acolhimento psicossocial e apoio ao desenvolvimento integral dos estudantes (Yamamoto; Mello, 2012). Já a atuação do assistente social no contexto educacional possibilita o enfrentamento de desigualdades sociais que interferem diretamente no rendimento escolar,

promovendo o acesso a direitos e a articulação com políticas públicas intersetoriais (Sampaio; Silva, 2020). Dessa forma, a presença desses profissionais na escola não apenas responde a uma exigência legal, mas representa uma condição necessária para a efetivação da educação como direito social pleno e emancipador.

O psicólogo e o assistente social trazem saberes e abordagens complementares. Enquanto o psicólogo escolar contribui com o cuidado à saúde mental, mediação de conflitos e escuta qualificada no cotidiano institucional, o assistente social atua na leitura das expressões da questão social, na articulação da rede de proteção e na defesa dos direitos sociais. A atuação conjunta possibilita uma análise mais complexa das situações que afetam a vida escolar dos estudantes, promovendo intervenções integradas e coerentes com os princípios da equidade e da justiça social (CFESS, 2012; CFP, 2019).

Além disso, a cooperação entre psicologia e serviço social evita a fragmentação das ações e potencializa o impacto das intervenções, uma vez que cada profissional traz uma perspectiva específica sobre o fenômeno educativo. Juntas, essas perspectivas permitem a construção de estratégias mais eficazes de enfrentamento da evasão escolar, da violência, das desigualdades educacionais e da vulnerabilidade social. Na cidade de Santa Cruz de Minas, em Minas Gerais, essa parceria se mostrou fundamental para o fortalecimento dos vínculos com a comunidade, a elaboração de ações preventivas e a defesa intransigente dos direitos da infância e da adolescência.

CONTEXTO SOCIAL E DIAGNÓSTICO EDUCACIONAL EM SANTA CRUZ DE MINAS

Santa Cruz de Minas é um município brasileiro localizado na mesorregião do Campo das Vertentes, no estado de Minas Gerais.

Emancipada politicamente em 1995, a cidade se destaca por ser a menor em extensão territorial do Brasil, com apenas 3,565 km². Apesar de sua pequena área, está inserida em uma região de grande importância histórica e cultural, próxima ao município de São João del-Rei, com o qual mantém forte relação socioeconômica (IBGE, 2023).

De acordo com os dados do IBGE a população estimada em 2023 é de aproximadamente 8.109 habitantes, com predomínio de famílias de baixa renda e acesso limitado a políticas públicas estruturantes. A cidade enfrenta desafios como falta de acesso à saúde especializada, precariedade habitacional, desemprego e baixos índices educacionais, o que acentua a vulnerabilidade social da comunidade. Segundo o Atlas da Vulnerabilidade Social do IPEA (2020), o município apresenta indicadores preocupantes quanto ao desenvolvimento humano e à proteção social, especialmente entre crianças e adolescentes.

A base econômica de Santa Cruz de Minas é centrada no comércio, no artesanato e em atividades ligadas ao turismo religioso e cultural da região do Campo das Vertentes. Apesar disso, o município apresenta carência de oportunidades de formação profissional e mobilidade social, o que repercute diretamente na vida escolar e nas perspectivas dos jovens.

A escola municipal em questão, na qual atuou a equipe, enfrenta um conjunto complexo de desafios de natureza estrutural e psicossocial que comprometem significativamente seu funcionamento e a efetividade do processo educativo. Dentre os principais obstáculos identificados, destaca-se a elevada taxa de evasão escolar, frequentemente associada à vulnerabilidade socioeconômica das famílias atendidas, a qual limita o engajamento dos estudantes e favorece sua exclusão progressiva do ambiente escolar. Soma-se a isso a recorrência de episódios de violência interpessoal, incluindo bullying e práticas discriminatórias, que impactam negativamente o clima escolar e o bem-estar psicossocial dos alunos. Além disso, dificuldades de

aprendizagem frequentemente correlacionadas a transtornos mentais ou condições emocionais adversas, como ansiedade e depressão, revelam a necessidade de uma abordagem pedagógica intersetorial que contemple a promoção da saúde mental no contexto escolar. A precariedade da infraestrutura física — incluindo salas de aula em más condições, ausência de recursos pedagógicos adequados e manutenção deficiente — agrava tais problemáticas, ao passo que a desorganização administrativa e a sobreposição de funções entre os profissionais dificultam a comunicação interna e comprometem a eficiência das práticas gestoras. Tais fatores, inter-relacionados, reforçam um ciclo de fragilização institucional que demanda intervenções integradas e sustentadas por políticas públicas efetivas.

Além disso, o território de Santa Cruz de Minas é atravessado por uma problemática estrutural relacionada ao tráfico e ao uso de drogas, que se manifesta de forma recorrente nos atendimentos individualizados realizados com os estudantes, bem como nas análises territoriais conduzidas pela equipe psicossocial. A presença constante dessa temática no cotidiano escolar, seja por meio de experiências diretas dos alunos, de familiares ou de pessoas próximas, evidencia que a questão das drogas não pode ser tratada como um problema isolado, mas como expressão da questão social e de um modelo societário excludente, que restringe oportunidades e alimenta trajetórias de vulnerabilidade (IAMAMOTO, 2007). Em um contexto marcado pela escassez de perspectivas profissionais, culturais e educacionais, muitos jovens acabam sendo aliciados pelo tráfico, diante da ausência de alternativas concretas de inclusão social e cidadania. Assim, o enfrentamento dessa realidade exige a atuação conjunta de todos os setores públicos, educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, segurança pública e justiça, articulando-se na construção de políticas integradas e efetivas de proteção, prevenção e promoção de direitos.

A escola pública, por sua função social, ocupa lugar estratégico nesse enfrentamento, à medida que contribui para a formação crítica

dos sujeitos, a ampliação de repertórios socioculturais e a construção de vínculos significativos, que se configuram como fatores de proteção social (ABRAMO, 2007). A efetivação de uma educação comprometida com os direitos humanos, com a equidade e com a transformação social é fundamental para garantir às crianças e adolescentes um território educativo que promova cuidado, pertença e projetos de vida alternativos às práticas ilegais. Tal diretriz está em consonância com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), que assegura o direito ao desenvolvimento integral, devendo o poder público formular políticas que favoreçam a inserção plena desses sujeitos na vida social, política, cultural e econômica da comunidade.

PRÁTICA INTERDISCIPLINAR DA EQUIPE MULTIEDUCACIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR

A presença de equipes psicossociais nas instituições escolares constitui um importante avanço nas políticas públicas de educação, promovendo uma abordagem interdisciplinar e intersetorial capaz de enfrentar, com maior eficácia, as múltiplas expressões da desigualdade que impactam o processo de escolarização. Composta por assistentes sociais e psicólogos, essa equipe busca articular dimensões subjetivas, sociais e institucionais, favorecendo intervenções que rompam com práticas assistemáticas e reducionistas, muitas vezes centradas na responsabilização individual dos sujeitos.

Desde o início da implementação da política prevista na Lei nº 13.935/2019, a equipe formada por psicólogo e assistente social em Santa Cruz de Minas optou por constituir-se sob o nome de Equipe Multieducacional, atribuindo-lhe uma identidade própria no interior da escola. A escolha desta nomenclatura decorre da compreensão

de que se trata de uma equipe de caráter multidisciplinar, cujos saberes distintos se articulam em direção a uma prática interdisciplinar, sustentada pela atuação conjunta com todos os setores da escola e pela articulação com os diversos serviços da rede de proteção social. Essa perspectiva busca superar a fragmentação das ações escolares e fortalecer a corresponsabilidade institucional no enfrentamento das vulnerabilidades que atravessam o cotidiano educacional.

A construção da equipe não se deu sem desafios. No início das atividades, os profissionais reuniram-se para estruturar o setor psicossocial da escola, escolhendo, de maneira estratégica, uma sala que se encontrava desocupada para sediar os atendimentos e planejamentos. A ausência de suporte institucional prévio para a instalação da equipe, em termos de recursos materiais, mobiliário, equipamentos e diretrizes organizacionais, demandou um esforço inicial de autogestão e sistematização do trabalho. Nesse contexto, tornou-se necessário elaborar modelos próprios de documentos para registro das atividades, fichas de acompanhamento, roteiros de visitas domiciliares, formulários de encaminhamento e protocolos de atendimento, com vistas à construção de fluxos operacionais coerentes com os princípios ético-técnicos das profissões.

Além das dificuldades logísticas, a equipe enfrentou resistências institucionais e preconceitos simbólicos quanto à sua atuação. Parte da equipe escolar demonstrava desconhecimento acerca das atribuições e dos limites éticos da psicologia e do serviço social no espaço educacional, expressando expectativas distorcidas e, por vezes, utilitaristas, em relação ao trabalho da equipe. Como destacado por Campos (2000), a inserção de novos profissionais em instituições tradicionais pode deflagrar tensões e reações defensivas, sobretudo quando suas práticas provocam deslocamentos na cultura organizacional vigente. Nesse sentido, foi fundamental investir em processos de diálogo e sensibilização interna, esclarecendo os objetivos da atuação psicossocial e reafirmando seu caráter coletivo, não substitutivo da função pedagógica, mas complementar a ela.

Outro desafio importante enfrentado pela Equipe Multieducacional foi a desorganização dos fluxos institucionais relacionados às demandas direcionadas ao setor. Era comum a fragmentação e a informalidade nas solicitações feitas por diferentes membros da equipe escolar, o que dificultava o planejamento das ações e comprometia a efetividade do trabalho. Para enfrentar essa realidade, foram definidos fluxos formais de encaminhamento e pactuadas condutas mínimas para a atuação junto aos estudantes e suas famílias, com base no respeito ao sigilo profissional, ao consentimento informado e à autonomia dos sujeitos envolvidos.

A criação do nome “Equipe Multieducacional” foi acompanhada pela construção de um logotipo institucional, como forma de consolidar uma identidade visual e simbólica do setor. A identidade da equipe cumpre funções importantes: permite sua legitimação no interior da instituição, facilita o reconhecimento por parte da comunidade escolar e reforça a dimensão coletiva e intencional do trabalho desenvolvido. Como apontam autores como Sawaia (2014) e Yamamoto e Costa (2019), o fortalecimento simbólico de coletivos interprofissionais contribui para a institucionalização de práticas críticas, favorecendo a continuidade das ações mesmo diante de contextos adversos.

A constituição da Equipe Multieducacional, portanto, ultrapassa o aspecto organizacional, constituindo-se como uma estratégia político-pedagógica de valorização da escuta, da interdisciplinaridade e do compromisso com os direitos sociais. Ao reivindicar um espaço próprio, definir fluxos de trabalho e construir uma identidade institucional, a equipe contribui para a consolidação de uma cultura escolar mais democrática, ética e sensível às complexidades da vida social.

Uma das práticas estruturantes da atuação psicossocial é a visita domiciliar, compreendida não como instrumento de vigilância, mas como tecnologia de aproximação e escuta qualificada da

realidade vivida pelos estudantes e suas famílias. Essa abordagem permite o contato direto com o contexto sociofamiliar, fortalecendo o vínculo entre a escola e a comunidade e possibilitando a construção de estratégias de intervenção baseadas na garantia de direitos (Paula; Cavalcante, 2020). A assistente social, orientada pelos princípios do Projeto Ético-Político da profissão, atua na mediação com a rede de proteção, na identificação de vulnerabilidades e na promoção do acesso a políticas públicas (CFESS, 2012). O psicólogo, por sua vez, contribui com a escuta das dimensões emocionais e relacionais que atravessam o cotidiano escolar, especialmente em situações de sofrimento psíquico, evasão, negligência e violação de direitos.

A atuação da equipe, entretanto, não se restringe ao atendimento de casos individuais. Um dos eixos centrais do trabalho desenvolvido foi o investimento na formação continuada dos profissionais da escola, por meio de módulos temáticos mensais que abordaram questões como relações étnico-raciais, violências, saúde mental na infância e adolescência, uso problemático de tecnologias, entre outros. Tais encontros foram pensados como espaços de reflexão crítica, escuta mútua e produção coletiva de saberes, reafirmando a corresponsabilidade dos diferentes atores escolares na construção de ambientes educativos inclusivos e protetores.

A proposta formativa foi estendida também a responsáveis, cuidadores e demais membros da comunidade escolar, consolidando-se como estratégia de fortalecimento do vínculo escola-família-comunidade. A realização de campanhas, eventos comemorativos e rodas de conversa em horários acessíveis demonstrou que a educação para os direitos humanos e a cidadania extrapola o currículo formal e se constitui como parte integrante da função social da escola (Pacheco; Souza, 2021). Ao reconhecer o território como espaço pedagógico, as ações psicossociais passaram a articular saberes locais, demandas coletivas e redes de cuidado, contribuindo para a superação do isolamento institucional e a ampliação da presença da escola na vida das famílias.

Um aspecto que merece destaque é a abordagem adotada pela equipe frente à chamada queixa escolar, geralmente manifestada por dificuldades de aprendizagem, desatenção ou comportamento considerado inadequado por parte dos estudantes. Em vez de recorrer à lógica patologizante e medicalizante — que tende a individualizar e culpabilizar os sujeitos —, buscou-se compreender a queixa como expressão de processos complexos, muitas vezes relacionados a desigualdades sociais, experiências de exclusão e práticas escolares pouco acolhedoras (Gomes; Muller, 2016). A análise integrada das situações permitiu deslocar o foco da intervenção para o contexto relacional e institucional, promovendo ajustes no ambiente pedagógico, construção de estratégias pedagógicas diferenciadas e articulação com serviços especializados apenas quando necessário e de forma ética.

Dessa forma, o trabalho da equipe psicossocial reafirma o compromisso com a educação como um direito social, ao mesmo tempo em que contribui para a ressignificação das práticas escolares. Ao investir em formação continuada, articulação comunitária, escuta ativa e intervenções contextuais, a equipe evita respostas simplistas ou estigmatizantes e fortalece o papel da escola como espaço de cuidado, pertencimento e transformação social. Essa perspectiva não apenas qualifica os processos de ensino-aprendizagem, mas também contribui para a construção de uma cultura institucional mais sensível às diversidades e aos direitos humanos.

Se faz importante destacar que no município de Santa Cruz de Minas, o trabalho da Equipe Multieducacional foi pautado pela necessidade de articular os diversos serviços da rede e pensar, de forma integrada, estratégias de atendimento aos estudantes e suas famílias, com o objetivo de enfrentar as expressões da questão social que incidem sobre a comunidade escolar. De acordo com o referencial teórico do Serviço Social, a questão social diz respeito às múltiplas manifestações das desigualdades produzidas pelas contradições do modo de produção capitalista, que se expressam

em situações de pobreza, violação de direitos, exclusão social e desproteção, especialmente entre os segmentos mais vulneráveis da população (IAMAMOTO, 2007).

Considerando que o município apresenta diversas situações de vulnerabilidade social, tornou-se imprescindível planejar ações de forma coletiva, com o envolvimento da equipe escolar, das famílias e da rede de proteção, visando intervenções mais efetivas e contextualizadas. O trabalho da Equipe Multieducacional, composta por assistente social e psicólogo, envolveu estratégias de articulação com serviços como o Programa Saúde da Família (PSF), Unidades Básicas de Saúde (UBS), Conselho Tutelar, Secretaria de Assistência Social, CRAS, entre outros. Essa atuação intersetorial possibilitou a construção de fluxos de acompanhamento mais eficazes, contribuindo para a ampliação da rede de apoio aos estudantes em situação de risco ou vulnerabilidade.

Além da articulação com os serviços públicos, o trabalho da equipe esteve orientado pelos princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social e pelos referenciais da Psicologia Escolar Crítica, valorizando a escuta qualificada, a construção coletiva de estratégias e o respeito à singularidade de cada sujeito e de seus contextos. Ressalta-se a importância de pensar políticas públicas que fortaleçam a atuação integrada entre educação, saúde, assistência social e justiça, promovendo o acesso a direitos e a proteção social.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), em seu artigo 4º, estabelece o dever do Estado, da família e da sociedade em assegurar com absoluta prioridade os direitos à vida, saúde, educação, profissionalização, lazer e à convivência familiar e comunitária. Nesse sentido, o trabalho da Equipe Multieducacional também buscou garantir que crianças e adolescentes tivessem acesso a um território que promovesse cuidado, proteção e oportunidades, contribuindo para o afastamento de situações de risco, como o aliciamento pelo tráfico ou a evasão escolar, e favorecendo sua inserção em programas de desenvolvimento integral.

CONTRIBUIÇÕES E IMPACTOS DA EQUIPE MULTIEDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

A presença do psicólogo e do assistente social no ambiente escolar revelou-se uma estratégia fundamental para a qualificação do processo educativo e para o enfrentamento das múltiplas vulnerabilidades que atravessam o cotidiano escolar. Ao articular intervenções pautadas na escuta qualificada, mediação de conflitos, apoio emocional e articulação com a rede de proteção social, esses profissionais contribuíram diretamente para a promoção da permanência escolar, a melhoria do clima institucional e o fortalecimento dos vínculos entre escola, família e comunidade.

O trabalho psicossocial possibilitou o desenvolvimento de práticas interprofissionais centradas na corresponsabilidade, que superam abordagens fragmentadas e reativas. Entre as ações implementadas, destacam-se as visitas domiciliares com fins não punitivos, rodas de conversa temáticas, atendimentos individualizados, formações com educadores e campanhas voltadas à promoção dos direitos humanos. Tais estratégias promoveram transformações importantes na cultura escolar, favorecendo a construção de um ambiente mais acolhedor, seguro e democrático, como apontam estudos recentes sobre a atuação multiprofissional em contextos educativos (OLIVEIRA *et al.*, 2022; YAMAMOTO; COSTA, 2019).

No contexto contemporâneo brasileiro, marcado pela precarização das políticas sociais, agravamento das desigualdades econômicas e efeitos persistentes da pandemia da COVID-19 sobre a saúde mental e o tecido comunitário, a atuação psicossocial escolar ganha ainda maior relevância. Conforme Sawaia (2014), é precisamente nos espaços de maior vulnerabilidade que se expressam, de forma mais aguda, os sofrimentos ético-políticos derivados da

exclusão social, exigindo respostas que articulem escuta, cuidado e compromisso ético.

A Psicologia Escolar Crítica e o Serviço Social comprometido com o projeto ético-político da profissão contribuem, de maneira integrada, para ampliar o olhar institucional sobre os determinantes sociais da aprendizagem. Conforme apontam autores como Patto (1990) e Rizzini (2002), compreender o fracasso escolar requer a análise das relações de poder, das desigualdades históricas e das configurações familiares e comunitárias que impactam o percurso dos estudantes. Nesse sentido, a atuação conjunta de psicólogos e assistentes sociais possibilita uma leitura contextualizada das queixas escolares, promovendo ações preventivas e educativas que não se limitem à responsabilização individual dos sujeitos.

Portanto, mais do que um suporte técnico ao processo de ensino-aprendizagem, a atuação psicossocial constitui-se como eixo estruturante de uma política educacional comprometida com os direitos humanos, a justiça social e a equidade. Ao fortalecer a função social da escola como espaço de proteção e pertencimento, tais profissionais ampliam as possibilidades de uma educação integral e transformadora, especialmente em territórios marcados por desigualdade e invisibilidade histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da atuação do assistente social e do psicólogo em Santa Cruz de Minas reafirma a centralidade dos profissionais de Psicologia e Serviço Social no cotidiano das escolas públicas. Frente a um cenário nacional de precarização das políticas educacionais e ampliação das desigualdades sociais, a presença desses profissionais representa não apenas o cumprimento de uma exigência legal

(Lei nº 13.935/2019), mas a concretização de uma prática comprometida com a promoção dos direitos humanos, da equidade e do bem-estar da comunidade escolar.

A experiência apresentada neste artigo evidencia que a atuação conjunta do psicólogo e do assistente social amplia a capacidade institucional da escola em enfrentar os múltiplos fatores que afetam a aprendizagem, a convivência e a permanência dos estudantes. A partir de intervenções articuladas, baseadas em visitas domiciliares, articulação em rede, escuta qualificada e mediação de conflitos, foi possível consolidar uma prática pedagógica mais inclusiva e atenta à complexidade da realidade social dos educandos.

Além de contribuir para a melhoria do clima escolar e a redução da evasão, a equipe psicossocial também foi responsável por fortalecer o vínculo entre escola, família e comunidade, constituindo-se como um elo fundamental na rede de proteção social. Essa integração entre educação e políticas públicas sociais é indispensável para que a escola cumpra seu papel de espaço democrático, acolhedor e promotor de cidadania.

Dessa forma, recomenda-se não apenas a continuidade, mas a ampliação e institucionalização da atuação psicossocial nas escolas públicas brasileiras, com investimentos adequados em formação, infraestrutura e garantia de condições éticas de trabalho. Em tempos de retração de direitos e de ataques às políticas sociais, reafirmar o compromisso com uma educação crítica, inclusiva e humanizadora é tarefa urgente e inadiável.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Cidadania e juventude: o estatuto da juventude e as políticas públicas**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. BRASIL.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 dez. 2019.

CAMPOS, R. O. A clínica e a cidade: ensaios de psicologia e política. São Paulo: Hucitec, 2000.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de educação. 2. ed. Brasília: CFESS, 2012.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social.** Brasília, DF: CFESS, 2011. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/codigodeetica>. Acesso em: 15 maio 2025.

CFP – CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica. 2. ed. Brasília: CFP, 2019.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do serviço social: elementos para o debate. *In*: CFESS (Org.). **Oficinas regionais: capacitação para o exercício profissional.** Brasília, DF: CFESS, 2009. p. 13-26.

GOMES, M. C. A.; MULLER, F. A. Intersetorialidade e políticas públicas: desafios para a efetivação de direitos sociais. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 126, p. 85-102, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasvulnerabilidade/>. Acesso em: 10 maio 2025.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

OLIVEIRA, A. B. et al. Clima escolar e estratégias de convivência: reflexões a partir da prática interprofissional. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 26, e236291, 2022.

PACHECO, E. S.; SOUZA, D. S. Escola e inclusão: práticas pedagógicas e cultura da diversidade. *Revista Educação e Fronteiras*, Dourados, v. 11, n. 34, p. 1-20, 2021.

PAULA, L. A. S.; CAVALCANTE, C. M. Vínculo escola-família e proteção integral: experiências com visitas domiciliares. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 23, n. esp., p. 109-122, 2020.

RIZZINI, I. A criança e a lei: uma abordagem histórico-social. Rio de Janeiro: Lser/Ed. Universitária Santa Úrsula, 2002.

SAWAIA, B. (org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SAMPAIO, M. L.; SILVA, A. L. A inserção do assistente social na política educacional: desafios e possibilidades. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 139, p. 248-269, 2020. <https://doi.org/10.1590/0101-662820201393>

SENADO FEDERAL. Escolas públicas de ensino básico têm obrigação legal de contratar psicólogos e assistentes sociais. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/cidadania-1/2023/09/escolas-publicas-de-ensino-basico-tem-obrigacao-legal-de-contratar-psicologos-e-assistentes-sociais>. Acesso em: 05 maio 2025.

SILVA, F. A.; SALES, M. S. O Serviço Social na educação básica: desafios e possibilidades para uma atuação crítica. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 2, n. 1, p. 87-102, 2018.

SILVA, M. R. M.; SALES, M. P. Serviço Social na escola e a crítica ao uso punitivo da visita domiciliar. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 133, p. 123-140, 2018.

YAMAMOTO, O. H.; COSTA, M. V. Psicologia Escolar e Políticas Públicas: desafios da atuação na Educação Básica. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 57-76, 2019.

João Vitor Santana Pereira

Graduado e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ).

E-mail: psi.jvitor@gmail.com

Ana Caroline Matos Soares

Assistente Social e Mestra em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

E-mail: anacarolineas21@hotmail.com